

--- N.º 6/2015 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

--- Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e quinze, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

--- **PRIMEIRO** - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

--- **SEGUNDO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO PELO PERÍODO DE UM ANO REQUERIDO PELO SENHOR DEPUTADO MANUEL JOAQUIM DUARTE SANTOS ELEITO PELO PARTIDO SOCIALISTA. (GRELHA E) -----

--- **TERCEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LÍQUIDAS COM O FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (FEE) E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **QUARTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DA VERSÃO FINAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) E A RESPECTIVA DECLARAÇÃO AMBIENTAL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº1 DO ARTIGO 79º DO DECRETO-LEI Nº380/99, DE 22 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO, E DECRETO-LEI Nº232/2007, DE 15 DE JUNHO, NA ATUAL REDAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA C) -----

--- **QUINTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS DO MINHO, CUJO CONTEÚDO CONSTA DA PROPOSTA DE ESTATUTOS EM ANEXO A ESTA PROPOSTA, APROVADA PELA CÂMARA MUNICIPAL EM REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **SEXTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA UM PERÍODO CONTRATUAL DE UM ANO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 207.500,00€, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, RELATIVO AO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ”, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **SÉTIMO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DE RIBA D’AVE E DO CENTRO DE OLIVEIRA SÃO MATEUS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **OITAVO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **NONO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2015/2016 ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.697.534,40€, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DECORRENTE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM VÁRIOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, PELO PRAZO DE UM ANO, COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO POR MAIS DOIS ANOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **DÉCIMO PRIMEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 194.000.00€ (CENTO E NOVENTA E QUATRO MIL EUROS) À ASSOCIAÇÃO

DESPORTIVA OLIVEIRENSE PARA OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DE PISO SINTÉTICO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO SEGUNDO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 89.800,00€ (OITENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS EUROS) À FREGUESIA DE RIBA D'AVE PARA A REQUALIFICAÇÃO DO QUELHO DAS POMBINHAS E CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA CALÇADA MIGUEL MARTINS CERQUEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO TERCEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 22.000,00€ (VINTE E DOIS MIL EUROS) À FREGUESIA DE MOGEGE PARA A PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA E RUA JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO QUARTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 26.000,00€ (VINTE E SEIS MIL EUROS) À UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEIDE PARA A PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DAS BARREIRAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO QUINTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 65.000,00€ (SESSENTA E CINCO MIL EUROS) À FREGUESIA DE OLIVEIRA S. MATEUS PARA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS DEVESAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO SEXTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR

DE 64.000.00€ (SESSENTA E QUATRO MIL EUROS) À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS PARA A PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA RUA DO MARCO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO CARVALHO, RUA DE SANTA CATARINA E TRAVESSA DE SANTA CATARINA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **DÉCIMO SÉTIMO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 70.000.00€ (SETENTA MIL EUROS) À FREGUESIA DE LOUSADO PARA REQUALIFICAÇÃO DA RUA ALDEIA DA RAINHA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **DÉCIMO OITAVO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 47.000.00€ (QUARENTA E SETE MIL EUROS) À FREGUESIA DE PEDOME PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO OUTEIRO DE CIMA E RUA DO OUTEIRO DE BAIXO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **DÉCIMO NONO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 80.000.00€ (OITENTA MIL EUROS) À FREGUESIA DE VALE S. MARTINHO PARA ARRANJO URBANÍSTICO DE ENVOLVENTE AO CENTRO PAROQUIAL E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DA QUINTÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **VIGÉSIMO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 23.000.00€ (VINTE E TRÊS MIL EUROS) À UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO FUNDO, CONSTRUÇÃO DE MURO NA RUA DO

PRADO E CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DO RIBEIRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- VIGÉSIMO PRIMEIRO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 35.000.00€ (TRINTA E CINCO MIL EUROS) À FREGUESIA DE BAIRRO PARA REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Heitor Rui Santos Bernardo e Rita Sangreman Pires de Lima, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

--- ALFREDO AUGUSTO AZEVEDO MORAIS LIMA -----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

--- ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA -----

--- ANDRÉ MANUEL SALDANHA FERNANDES -----

--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

--- ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA -----

--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

--- ANTÓNIO FERREIRA MATOS ----- **FALTOU** -----

--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----

--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO ----- **FALTOU** -----

--- AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS -----

--- BRUNO SILVA CAMPOS -----

--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO -----

--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA -----

--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----

--- CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO -----

--- CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO -----
--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----
--- DIOGO ANDRÉ COSTA OLIVEIRA-----
--- DOMINGOS SOUSA COSTA-----**FALTOU-JUSTIFICOU**
--- DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO -----
--- FERNANDO RIBEIRO MONIZ -----
--- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
--- HILÁRIO MANUEL RIBEIRO PINTO CAMPOS-----
--- JOSÉ MANUEL MIRANDA PEREIRA -----
--- JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO-----
--- JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----
--- JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
--- JORGE MANUEL LOPES GOMES CRUZ -----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
--- JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS -----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
--- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
--- LUÍS AUGUSTO PEREIRA FERREIRA-----
--- LURDES OLIVEIRA FERNANDES-----**FALTOU**-----
--- MANUEL AZEVEDO SILVA-----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
--- MANUEL MARTINS COSTA -----

--- MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
 --- MANUEL SILVA ALVES -----
 --- MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
 --- MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA -----
 --- MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
 --- MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
 --- MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES-----
 --- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
 --- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
 --- PAULO JORGE LOPES COELHO -----
 --- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
 --- RAQUEL ALMEIDA PINTO-----
 --- RAUL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS-----**FALTOU-JUSTIFICOU**
 --- RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ-----**FALTOU** -----
 --- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA -----
 --- RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----
 --- RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
 --- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----
 --- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----
 --- VITOR TORRES PEREIRA -----
 --- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----
 -----**ANTES DA ORDEM DO DIA** -----
 --- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – informou que foi colocado em cada uma das cadeiras dos membros da Assembleia Municipal um documento que é um parecer da CCDRN e que faz parte integrante do ponto número quatro da ordem de trabalhos. -----
 --- Informou ainda, que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Nuno Melo, por se encontrar em Bruxelas, não poderia estar presente, pelo que solicitou ao grupo municipal do CDS-PP para indicar um membro para coadjuvar a Mesa. -----

--- Pôs à discussão a ata de trinta de março de dois mil e quinze. ***Posta à votação, foi a mesma aprovada, por maioria com quarenta e sete votos a favor e uma abstenção, sendo a abstenção do senhor deputado, Paulo Manuel Marques Costa, do Bloco de Esquerda, por não ter estado presente naquela reunião.*** -----

--- Pôs à discussão a ata de vinte e sete de abril de dois mil e quinze. ***Posta à votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.*** -----

--- Pôs à discussão a ata de vinte e nove de abril de dois mil e quinze. ***Posta à votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.*** -----

--- Deu conhecimento das adjudicações relativas à assunção de encargos plurianuais seguintes: -----

--- F. PINA FERREIRA, S.A. – aquisição de tintas e acessórios, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- MÁRIO GONÇALVES, LDA – fornecimento de tubo corrugado, em regime de fornecimento contínuo, durante o período de um ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- OCTÁVIO SÉRGIO FERREIRA CAMPOS RODRIGUES - fornecimento de alcatifa industrial, em regime de fornecimento contínuo, durante o período de um ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- BRANCO TRATADO – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS, LDA - fornecimento de madeiras, em regime de fornecimento contínuo, durante o período de um ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- CEVE – COOPERATIVA ELÉTRICA VALE D’ESTE - fornecimento de energia elétrica para as instalações do Centro Escolar do Louro, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015, 2016, 2017 e 2018.-----

--- ICONSEARCH – CONSULTADORIA, UNIPessoal, LDA - fornecimento de Bens e Serviços de Reparação de Quadros Interativos, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- CLICAPE – CLINICA DE ENFERMAGEM E REABILITAÇÃO MÉDICA, LDA – prestação de serviços externos de saúde no trabalho, pelo período de dois anos, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015, 2016 e 2017.-----

--- MENDES & IRMÃOS, S.A, - fornecimento de tubos em PVC e armários para contadores, em regime de fornecimento contínuo, no decurso do período de um ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- Deu conhecimento da entrada na Mesa de uma proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda e um voto de congratulação apresentado pelo grupo municipal do CDS-PP. -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – fez a leitura de uma proposta de recomendação que é do seguinte teor: -----

--- “Atendendo à necessidade evidente de existência de mais espaço de estacionamento automóvel junto à estação ferroviária e bem como à atualmente área desocupada e passível de uma rápida e eficaz intervenção naquele que era o terreno afeto a habitações de famílias de etnia cigana, entretanto realojadas, entende o Bloco de Esquerda que deverá a Câmara Municipal proceder a uma intervenção nesse espaço, de forma a que o mesmo, enquanto não se inicia a sua prevista requalificação, possa ser utilizado como parque de estacionamento, cuja necessidade é seguramente consensual.-----

--- Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe: -----

--- Que a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária, no dia 25 de junho de 2015, delibere recomendar à Câmara Municipal que providencie pela disponibilização temporária do espaço acima referido para estacionamento automóvel, enquanto não ocorrer a sua requalificação, o mais rapidamente possível e dada a sua manifesta utilidade.”-----

--- **RAQUEL PINTO (CDS-PP)** - fez a leitura de um voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “Nas últimas semanas foi sabido que Famalicão será um dos municípios pioneiros a receber a loja do cidadão. Esta loja abordará os serviços de finanças, segurança social e conservatória num único espaço, assim conseguirá uma maior aproximação da administração

central aos cidadãos. Estas novas instalações irão trazer um aumento significativo na qualidade dos serviços públicos prestados aos famalicenses. -----

--- Este projeto que será levado a cabo num edifício devoluto há vários anos, o antigo Inô, localizado na Avenida Dr. Carlos Bacelar, terá uma obra de reabilitação e assim terá uma nova vida. É notável a melhoria efetiva que trará àquela zona da cidade, que assim conseguirá uma nova vida. -----

--- Vem este grupo municipal propor, -----

--- Que esta Assembleia Municipal aprove um Voto de Congratulação pela abertura em Vila Nova de Famalicão da loja do cidadão, pelas melhorias que trará tanto do ponto de vista social como de reabilitação urbana para a cidade.” -----

--- ***Posta à votação a proposta de recomendação apresentada pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda, foi a mesma rejeitada, com quarenta e um votos contra e treze a favor.*** -----

--- ***Posto à votação o voto de congratulação apresentado pelo grupo municipal do CDS-PP, foi o mesmo aprovado, por maioria, com cinquenta e nove votos a favor e uma abstenção.*** -----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – fez a seguinte declaração de voto:-----

--- “Em relação à proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, o grupo municipal do PSD votou contra, mas gostaria de explanar o seu sentido de voto: -----

--- Em termos de substância, entende este grupo, que de facto a ideia e a proposta do Bloco de Esquerda, tem a sua valia, tem a sua validade e traria, eventualmente resolveria, pelo menos provisoriamente, alguns problemas de estacionamento na nossa cidade. Entendemos, porém que há questões de ordem formal e processual, e há também questões que têm a ver com a segurança e a vigilância do espaço, que estamos em crer por informações que nos foram prestadas, que não poderiam ser asseguradas de imediato. -----

--- Esta é a única razão que nos leva a votar contra a proposta, embora comungando das preocupações que tiveram na base da sua elaboração.” -----

--- Terminado este período, passou-se, de imediato, ao período da:-----

-----**ORDEM DO DIA** -----

--- **PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento e disse estar à disposição para qualquer questão. -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse o seguinte: -----

--- “Eu deveria ter requerido logo a palavra mal houve a intervenção do senhor deputado do PSD, mas este tipo de proposta que o Bloco de Esquerda fez, também serve agora para esta breve discussão que eu gostaria de colocar aqui à Assembleia. -----

--- Foram apontados como fator para votar contra aquilo que nos parece ser uma virtualidade inquestionável, quer dizer, a utilidade daquele espaço como espaço de estacionamento, não difere muito certamente dos espaços envolventes, sejam as mangas de estrada que já estão destinadas a isso, sejam outros parques, até aquele pequeno parque junto à estação ferroviária, quer dizer, penso que não há fundamento para isto ser vetado. Mesmo essas questões da segurança, quer dizer, porque estamos a falar dum projeto transitório, eu não sei, nem sei se alguém saberá, a não ser talvez o executivo, quando se iniciam exatamente as obras de requalificação naquele espaço, agora que aquele espaço é um espaço devoluto e poderia ter esta utilidade, poderia ter e penso que mesmo questões de segurança, quer dizer, estamos a falar aquilo que seria à partida um parque diurno e de quem diariamente se desloca à estação do caminho-de-ferro, portanto à partida não vejo nenhum óbice a que isto pudesse ser aprovado.” -----

--- **SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO PELO PERÍODO DE UM ANO REQUERIDO PELO SENHOR DEPUTADO MANUEL JOAQUIM DUARTE SANTOS ELEITO PELO PARTIDO SOCIALISTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO PELO PERÍODO DE UM ANO REQUERIDO PELO SENHOR DEPUTADO MANUEL JOAQUIM DUARTE SANTOS ELEITO PELO PARTIDO SOCIALISTA, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

--- **TERCEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LÍQUIDAS COM O FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (FEE) E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LÍQUIDAS COM O FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (FEE) E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- **QUARTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DA VERSÃO FINAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) E A RESPETIVA DECLARAÇÃO AMBIENTAL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº1 DO ARTIGO 79º DO DECRETO-LEI Nº380/99, DE 22 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO, E DECRETO-LEI Nº232/2007, DE 15 DE JUNHO, NA ATUAL REDAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA C) -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse o seguinte: -----

--- “21 anos após a aprovação em 1994 do Plano Diretor Municipal ainda em vigor e após 14 anos de intensos estudos iniciados em 2001 com a nomeação da 1ª Comissão de Acompanhamento, termina agora um processo que dá aos Famalicensenses um instrumento fundamental para o entendimento e para o desenvolvimento do Concelho. -----

--- Pela leitura atenta de todo o processo de Revisão do PDM verifica-se que esta se baseou, desde logo, em 3 grandes objetivos: -----

--- Sustentabilidade | Competitividade | Atratividade -----

--- Para tal foi definido como essencial que o novo Plano Diretor Municipal assegurasse uma Estruturação de Solo equilibrada e competitiva.-----

--- Devia pois o PDM conter as grandes opções de ocupação do solo, respeitando os recursos existentes e criando condições para o desenvolvimento sustentável e competitivo do concelho.-----

--- Foram então politicamente traçados os grandes Objetivos Estratégicos:-----

--- • Proteção e valorização do meio ambiente -----

--- • Preservação dos recursos endógenos -----

--- • Valorização do património edificado e paisagístico-----

--- • Organização do território-----

--- • Reforço da competitividade-----

--- Também o modelo Territorial foi definido, recorrendo:-----

--- • À salvaguarda e promoção dos valores naturais de forma sistémica -----

--- • À hierarquização funcional da rede viária -----

--- • À realocização de atividades industriais e empresariais -----

--- • À reorganização do sistema urbano-----

--- • Ao reforço dos sistemas de infraestruturas -----

--- Estas foram as grandes opções políticas que abriram portas à elaboração de um sem número de estudos técnicos dos quais resultaram as propostas contidas na atual revisão do PDM. -----

--- De notar a grande atenção dada à nova realidade económica e ao novo paradigma de desenvolvimento em acelerada construção no nosso País e na Europa. -----

--- A palavra aproveitar substituí, em muitas áreas de atividade, a palavra substituir e isso também se faz notar do novo PDM.-----

--- Contrariar, como muitos dizem, o desenvolvimento disperso é um contra censo pois o disperso é o resultado de uma cultura, de uma maneira de estar e de ser. Conter o disperso pode ser uma proposta ganha se o território for desenhado em função da pessoa, dos seus interesses, das suas ambições e da capacidade económica. -----

--- A Equipe do PDM soube contornar muitos dos problemas sentidos no PDM em vigor, soube por exemplo ser realista na definição das áreas destinadas à construção reduzindo-as em cerca de 6% (representando agora 30.3% da área do concelho, contra 32.2% em 94) e

soube incrementar cirurgicamente as áreas afetadas às atividades industriais aumentando-as em cerca de 60% (representando agora 5.1%, contra 3.2% em 94). -----

--- As áreas agrícolas correspondem atualmente a 7.694,5 ha não existindo dados comparativos relativos ao Plano de 94, tendo contudo a Reserva Agrícola Nacional aumentado 8,5% na presente proposta. (passado de 6.329,5 ha para 6.867,3 ha, correspondendo a um aumento de 538,3 ha)-----

--- As áreas florestais correspondem atualmente a 4.182 ha, sendo de 3.313 ha em 94, tiveram assim um incremento de 869 ha ou seja de 26,2%. -----

--- A estrutura viária mereceu um estudo pormenorizado foi contida a extensão da rede e foram suprimidas todas as novas vias que não tivessem uma previsão de execução coincidente com o período de validade do PDM. Reduziu-se assim o número de condicionantes urbanísticas desajustadas que polvilhavam o Concelho e que em muitos casos impediam o seu desejável e natural desenvolvimento. -----

--- Saliento ainda por grandes áreas o que compõe a proposta do PDM: -----

--- Na área da Proteção e Valorização do Ambiente, o PDM sinaliza:-----

--- . Valorizar a Estrutura Ecológica Municipal -----

--- . Incentivar a utilização de práticas sustentáveis nas operações urbanísticas -----

--- . Completar as redes de drenagem e abastecimento de água -----

--- . Definir uma rede de ciclovias e percursos pedonais-----

--- . Regulamentar a compatibilidade e instalação de atividades -----

--- Na área da Preservação dos recursos naturais, o PDM sinaliza: -----

--- . Valorizar e proteger os cursos de água -----

--- . Delimitar e classificar as áreas de exploração de recursos geológicos-----

--- . Preservar os solos com boa aptidão agrícola e de ocupação florestal -----

--- . Reordenamento Florestal -----

--- . Promover a recuperação de áreas ambientalmente degradadas -----

--- Na área da Salvaguarda e Valorização do Património Cultural, o PDM sinaliza: -----

--- . Delimitar e promover áreas de reabilitação urbana -----

--- . Inventariar e divulgar o património municipal -----

--- . Proteger o património arqueológico e edificado -----

- . Aumentar os espaços verdes urbanos de uso público -----
- . Identificar itinerários de interligação entre o meio urbano e rural-----
- Na área da Organização do Território, o PDM sinaliza:-----
- . Hierarquizar e consolidar os polos de centralidade existentes -----
- . Melhorar as acessibilidades e implementar uma gestão integrada dos meios de transporte -----
- . Garantir a equidade na utilização do solo-----
- . Regulamentar a ocupação em zonas sensíveis-----
- . Compatibilizar as políticas de ordenamento com os concelhos vizinhos -----
- Por último na área da Reforço da Competitividade, o PDM sinaliza: -----
- . Ordenamento e expansão dos espaços de atividades económicas -----
- . Requalificar e infraestruturar as zonas industriais existentes -----
- . Racionalizar os equipamentos existentes e potenciar o seu funcionamento em rede -----
- . Promover a diversidade produtiva alicerçada na Investigação e no Desenvolvimento ----
- . Concluir a reorganização e a reabilitação do Parque Escolar -----
- Concluído o documento técnico durante a elaboração do qual foram recebidos mais de 500 contributos oriundos da sociedade Famalicense iniciou-se um outro período mais formal de Discussão Pública no qual participaram mais de 1000 Famalenses.-----
- Este número significativo de participações não pode ser dissociado do grande trabalho de divulgação e de discussão que foi encetado pela Câmara Municipal. -----
- O bom trabalho técnico produzido, o qual foi reconhecido por todas as entidades envolvidas no processo, a grande transparência que envolveu a elaboração da Revisão do PDM e a grande abertura na análise das contrapropostas apresentadas durante o período de discussão pública fez com que se possa considerar genericamente consensual a proposta final apresentada. 41% das sugestões foram aceites, tendo 24% sido totalmente aceites, 14% parcialmente aceites e 3% já previstas no plano. -----
- O PDM só por si não é nada se a sua implementação não tiver a colaboração de todos e se todos não considerarem importante e imprescindível o seu cumprimento. -----

--- Tal como disse na minha declaração final no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM é estimulante verificar que de todos os trabalhos executados não resultou um instrumento castrador nem um espartilho para o Concelho. -----

--- A proposta do PDM que hoje se encontra em apreciação é um guia, um indicador de caminhos um instrumento de ajuda ao desenvolvimento. -----

--- A proposta do PDM é o fio condutor para todo o desenvolvimento Municipal, saibam operadores e entidades tutelares tirar dele o melhor partido e que em situação de dúvida ou omissão não hesitem em aplicar soluções de bom senso negando-se sempre a traçar mediatrizes a régua e esquadro.-----

--- O grupo Municipal do Partido Social Democrata saúda toda a equipe do PDM desde políticos a técnicos, assessores e restantes entidades envolvidas. Todos estão de parabéns pelo trabalho produzido e que muito ajudará ao desenvolvimento sustentado deste nosso Concelho. -----

--- Por tudo o que foi dito o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente a Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal.” -----

--- **DOMINGOS PEIXOTO (PS)** - disse o seguinte: -----

--- “Senhor Presidente-----

--- Breve nota a abrir. -----

--- Já aqui dei conta da sabedoria de certos famalicenses em questão de psico. E também de muitos que sabem da “poda”, tanto quanto da forma de levar a água ao moinho para ultrapassar certas dificuldades técnicas, legais e outras. -----

--- Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, discutimos agora um documento da máxima importância para a sustentabilidade concelhia nos aspetos fundamentais da qualidade de vida em sociedade. -----

--- Nem de propósito, Francisco acaba de emitir encíclica que, em minha opinião, é uma grande pedrada no charco em que o mundo está atolado. E não é um mundo qualquer. Trata-se de um mundo cujo paradigma de funcionamento é imposto por muito poucos, com vista ao seu lucro agiota, contra a humilhação e destruição de uma grande parcela da população em toda a terra.-----

--- Vem de longe o início da discussão do assunto, como podemos ver da cronologia que nos apresentam, quase 15 anos! E só este facto já nos deve por de sobreaviso e preocupados. Porém, se lhe juntarmos as alterações legislativas entretanto levadas a cabo, não se pode deixar de ficar com a certeza que a planificação territorial anda ao sabor do tempo e dos interesses de grupo, manifestados de quando em vez, através dos poderes político partidários acedidos às funções legislativa, governamental e autárquica. Transversalmente... -----

--- E quando as coisas não correm tão bem como pretendido lá está sempre a salvação: recurso à exceção. Bem sei, senhoras e senhores, que cada um de nós gosta das coisas ao seu jeito, ao pé da porta, com poucos custos e de preferência à custa dos outros. Contudo território, ambiente, natureza são bens coletivos inestimáveis, que devem ser protegidos com unhas e dentes, até à exaustão, sob pena de estar em risco o futuro da humanidade. E como diz o Papa, não é só na Amazónia que se sustenta a vida. Eu acho, também, que ela se sustenta aqui ao lado. -----

--- Senhor Presidente, abriu-se a discussão desta matéria em 2000, vivia a gestão municipal de então uma profunda crise de poder e de identidade, pelo que 2001 foi, para este efeito, um ano nada ortodoxo... Mas, mesmo assim, quem quis, como eu, apresentou as suas sugestões ou propostas de alteração em tempo. -----

--- De então para cá decorreram vários anos, sempre na vigência da atual maioria municipal. Percebe-se que a gestação tenha sido muito difícil e dolorosa. E sabe-se que o “vir à luz” é abrupto. -----

--- Diz-nos a Câmara que, dos finais de Maio até hoje, foi possível concertar com o ICNF aspetos que de outro modo vinham desde longe, supõe-se, e que impediam este organismo de dar o seu parecer favorável, ao que parece obstaculizador da sua aprovação. -----

--- Certamente tudo questões muito técnicas e demoradas, logo pouco acessíveis ao comum dos mortais. -----

--- Mas, senhor presidente, os famalicenses minimamente interessados nestas coisas da gestão autárquica sabem, que durante todos estes anos se processaram inúmeras transformações morfológicas no território concelhio, nomeadamente em montes e zonas de leitos de cheias, foram “derrotadas” várias manchas florestais e feitas muitas modificações e alterações às RAN/REN a pretexto do interesse público municipal. -----

- Ora, estes processos trouxeram, logo à partida, dois tipos de problemas significativos:---
- Um, a cedência de terrenos classificados para fins diversos da classificação, prejudicando o ambiente e a natureza. -----
- Outro, e em acumulação com o primeiro, um prejuízo para os cofres municipais, e para os famalicenses em geral, mercê de certa isenção tributária temporária, aliás a grande causa da declaração do interesse público. -----
- Mas se quanto a esta questão até se pode alegar vantagem económica futura, pode também questionar-se: por que não vão estes projetos (nomeadamente os iniciais) para os loteamentos industriais já edificadas, ou para os ninhos de empresas tão propalados? -----
- Senhor Presidente da Câmara, passo a lembrar alguns dos “ataques sem cura” a que foi sujeito durante todos estes anos o PDM anterior, porque julgo que ainda está em vigor: -----
- Longos entubamentos de linhas de água como no Louro-----
- Aterros no leito de cheias do Este na Veiga do Louro; -----
- Devastação florestal e alteração morfológica de grandes espaços numa grande zona englobando território de Lousado, Esmeriz, Calendário, Vilarinho das Cambas e Ribeirão; --
- Devastação e alteração morfológica nas zonas de Stª Catarina e Arquinho em Lousado; --
- Devastação florestal na zona da Senhora do Carmo em Lemenhe e Jesufrei; -----
- Devastação arbórea em Arnoso S. Maria e S. Eulália, Balaída em V.N. Famalicão, Brufe e Outiz, etc. -----
- Concretamente, Senhor Presidente da Câmara, pode dizer-nos se estas e outras situações que, certamente, tem conhecimento, violaram o PDM ou aproveitaram a sua eventual suspensão temporária para passarem a facto consumado? -----
- Também nos pode dizer qual é, perante o PDM em vigor, a situação dos prédios incluídos no falhado negócio da Cidade Desportiva?-----
- E quanto à Carta Educativa, que V. Exª anunciou que vai alterar, tendo declarado que não haverá mais Centros Escolares, passa a violar o dito instrumento de regulação e ocupação do território?-----
- Senhor Presidente, quanto ao documento que hoje estamos a discutir quero questionar, diretamente, o Senhor Presidente da Câmara: -----

--- Vai incluir a Variante Poente ou, uma vez enterrada pelo senhor primeiro-ministro, é abandonada a sua construção? -----

--- E quanto a quintas integrantes de área de reabilitação urbana que hoje se vai discutir, vão constar como áreas urbanizáveis no PDM revisto? -----

--- E aquela pequena e curta faixa da margem direita do Ave também vai ser integrada no novo PDM e a que título? -----

--- Uma última questão. Pode dizer-nos, em concreto, comparando as versões inicial e a revista, qual a situação das áreas de edificação habitacional, agrícola, florestal e verde de laser e pode dar um exemplo de cada?-----

--- Senhor Presidente, vou concluir dizendo que me revejo em tudo o que sejam regras e programas de proteção da natureza e do meio ambiente na perspetiva da sua utilização adequada pelas populações residentes. Assim, por maioria de razão, tenho que estar de acordo com um Plano Diretor para Famalicão.-----

--- Faço votos para que o documento que vamos votar tenha essa qualidade intrínseca. -----

--- Contudo, não posso deixar de lembrar que todas as questões que referi, como sendo contrárias a esses objetivos fundamentais, acompanhadas de muitos abates de árvores que na minha intervenção cívica tenho contestado, levadas a efeito no tempo da atual maioria autárquica, não auguram nada de bom. -----

--- Assim esteja equivocado. Obrigado, senhor Presidente.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse o seguinte: -----

--- “O Bloco de Esquerda também reconhece obviamente todo o trabalho, nomeadamente técnico, que este documento, que este diploma implicou, reconhece-o e até o estima. De qualquer forma, gostaria de deixar aqui em nome do Bloco de Esquerda, três apontamentos ou três pequenos pecadinhos que nós encontramos neste Plano Diretor Municipal, que tem a ver essencialmente com a mobilidade sustentável, apesar de tudo com a dimensão do edificado e com um eventual corredor verde na perspetiva do Bloco de Esquerda. -----

--- Para além do espaço delimitado pelo Perímetro Urbano (PU) que compreende a cidade consolidada e algumas áreas envolventes, não se vislumbra qualquer estratégia de mobilidade sustentável integrada que promova a coesão territorial intra-municipal e que,

para além do PU, englobe outros importantes núcleos urbanos do concelho: Joane, Riba de Ave e Ribeirão.-----

--- Em termos de mobilidade, apenas o território do PU, é tratado com alguma profundidade no Plano de Mobilidade Sustentável, facto que o torna demasiado limitado e que corresponderá ao caderno de encargos que lhe foi cometido. -----

--- Para um processo de revisão do PDM, tornar-se-ia imprescindível, na nossa opinião, o estudo de um Plano de Mobilidade que tratasse substantivamente os problemas de todo o concelho e não apenas do PU (diagnóstico, infraestruturas, modos, relações económicas e sociais, ambiente, propostas de intervenção, etc.) e que não encarasse os núcleos urbanos exteriores ao PU como mera periferia ou territórios de atravessamento. -----

--- A estratégia de mobilidade para a revisão do PDM devia centrar-se na diminuição da distância-tempo entre os principais núcleos urbanos do concelho, a cidade consolidada – onde se encontram a maior parte dos serviços, e as áreas de atividades económicas empregadoras. Nenhum daqueles três principais núcleos urbanos é diretamente servido por uma das principais vias rodoviárias que cruzam o concelho, situação que agrava as suas características de periferia e, consequentemente, os défices de coesão territorial no município.-----

--- Esta questão da mobilidade intra-concelhia ganhará ainda maior relevância num quadro em que, apesar de se inserir num sistema sub-regional urbano polinucleado, Famalicão é considerado um “concelho fechado”, porque cerca de 80% dos seus residentes ativos trabalham no território do município, o que pressupõe movimentos pendulares intra-concelhios importantes. Não menos relevante, é o facto de a maior parte dos equipamentos se localizar na freguesia de V.N. de Famalicão, o que obriga a população residente a deslocar-se com frequência à sede concelhia. -----

--- Não será estranho ainda esta que nós consideramos diminuída mobilidade intra-concelhia, o processo de concentração populacional no PU que se tem verificado nas últimas décadas e que tem atraído população de outras freguesias do concelho para a sede, agravando os desequilíbrios territoriais, retirando algum “músculo” demográfico, social e económico para que se criem novas centralidades nos restantes núcleos urbanos. -----

--- A implantação das atividades empresariais e industriais no concelho tem-se verificado em torno dos principais nós viários, estratégia que a revisão do PDM prossegue e melhora com a criação de novas áreas para concentração dessas atividades. Porém, com exceção do PU, permanecem as dificuldades de mobilidade em direção aquelas áreas empresariais por parte quer da mão-de-obra, quer de outros eventuais interessados nessa mobilidade, originada por todos os restantes núcleos urbanos. O ónus da acessibilidade fica assim do lado dos trabalhadores. -----

--- A rede de transportes coletivos não assegura com eficiência (extensão, frequência, tempo de percurso e custo) a ligação entre os principais núcleos urbanos, a área da cidade consolidada e as áreas empresariais. As conexões intermodais são praticamente inexistentes, quer na sua organização física lógica quer na sua integração tarifária. Para ultrapassar estas dificuldades, a população tem de recorrer frequentemente a transporte próprio, o que eleva custos, sejam económicos, ambientais, seja o que for, deficiência energética, de fluidez e com esse estrangulamento na rede viária municipal, muitas vezes não tem nem perfil, nem traçado para as cada vez mais intensas funções que vai assegurando. -----

--- Esta rede viária deve assegurar os mais elevados níveis de acessibilidade, quer regional, quer intra-concelhio, aos diversos núcleos urbanos e áreas empresariais e contribuir para o reforço da coesão da rede urbana, e isto não se está a verificar em Famalicão, e nem parece que esta revisão do PDM a perspetive. -----

--- Assim, o Bloco de Esquerda considera que uma revisão do PDM que não tenha como suporte nem contemple um Plano de Mobilidade Sustentável e Integrado que abranja todo o concelho, não atacará um dos principais problemas do município. A criação de uma rede intermédia de qualidade, servida por transportes coletivos eficientes e articulados entre si, torna-se essencial para melhorar essa prestação da rede municipal, para a mobilidade intra-concelhia, a conectividade entre núcleos urbanos. -----

--- O Bloco de Esquerda entende assim, que uma estratégia municipal moderna e com visão de futuro não poderia deixar de considerar para todo o município a redução da utilização do transporte individual motorizado, privilegiar a promoção de uma mobilidade assente em transportes públicos e menos poluentes e encorajar os percursos pedestres e cicláveis seguros.-----

--- Sem este Plano de Mobilidade, são as populações dos núcleos urbanos periféricos, mas também as das áreas de menor densidade, que continuarão a ser penalizadas e remetidas para uma suburbanidade, e assim estas acentuam-se tornando-se o concelho mais desigual, menos ordenado e menos coeso.-----

--- Reabilitação e novas Centralidades em vez de mais crescimento urbano. -----

--- O concelho de Vila Nova de Famalicão registou na última década uma perda de população e um índice de envelhecimento acentuado, o que faz prever uma diminuição da taxa de crescimento natural para os próximos tempos. Apesar disto e da crise da construção civil, verificou-se um aumento do número de edifícios em 20,4%, conduzindo a um aumento desproporcionado de alojamentos, relativamente à evolução demográfica, na ordem dos 38%. Nem as projeções demográficas para o concelho nem o quadro económico justificam persistir no crescimento da nova construção. -----

--- É certo que os espaços urbanizados e urbanizáveis diminuem nesta revisão em 2,2% em relação ao PDM de 94, o que não significa automaticamente que a densidade de ocupação desses espaços diminua. Contudo, a utilização dos recursos disponíveis para uma estratégia de reabilitação urbana e do património edificado afigura-se como incontornável numa perspetiva ambiental e de boa gestão desses mesmos recursos. A reabilitação deve constituir o principal eixo de intervenção na cidade e nas vilas, resgatando espaços marcados pelo declínio industrial e promovendo novas centralidades que tornem o concelho de Famalicão um território polinucleado e, por essa via, mais equilibrado e igualitário.-----

--- O Bloco de Esquerda considera que no processo de revisão do PDM a criação e ampliação de espaços empresariais não pode ser descontextualizada da qualidade do ambiente urbano que se torna indispensável para a qualidade de vida das populações, para a qualidade do próprio investimento e para a fixação de mão-de-obra qualificada. Defende, nesse sentido, uma estratégia de intervenção urbanística prioritária de requalificação dos núcleos urbanos de Joane, Riba de Ave e Ribeirão, com densificação dos equipamentos e dos espaços públicos que contribuam para o surgimento de novas centralidades.-----

--- Uma rede de corredores verdes para a requalificação e regeneração urbanas -----

--- A Estrutura Ecológica Municipal deve constituir um instrumento para a preservação de espaços ecologicamente sensíveis, mas igualmente para a requalificação ambiental de

territórios desestruturados. Em Famalicão não basta ter espaços verdes, parques urbanos, áreas de REN e de RAN. É fundamental conferir-lhes coerência e continuidade, para potenciar a biodiversidade em ambiente urbano e orientar a implementação do edificado e das infraestruturas.-----

--- O Bloco de Esquerda defende que, sobre a Estrutura Ecológica, seja definida no âmbito da revisão do PDM uma Rede de Corredores Verdes que interligue áreas ecologicamente sensíveis com o desenvolvimento e reestruturação do tecido urbano. Todos os espaços verdes e naturais devem ficar ligados por um canal ecológico. Trata-se de uma “infraestrutura verde” em sistema contínuo e multifuncional para proteção de recursos, recreio e lazer, estabilidade ecológica, requalificação do remanescente da paisagem cultural e agrícola e proteção do património natural e construído.” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** - disse o seguinte: -----

--- “É com satisfação que chegamos a este momento, um dia efetivamente marcante para a nossa vida coletiva, momento em que apreciamos, discutimos e votamos um projeto de PDM, que é por natureza um documento estruturante do desenvolvimento de uma comunidade, da construção de um ambiente, que é o ambiente que ela entende que deve, enfim, conformar a sua existência, a sua vida, a vida de cada um de nós. É, portanto, um momento de satisfação e um momento marcante da nossa vida local, e encaramos este Plano Diretor Municipal como um dos elementos em conjugação com outros, para construir esta visão de desenvolvimento integrado, sustentável, de planificação estratégica da nossa comunidade. E, portanto, o Partido Socialista congratula-se com a apresentação deste documento. -----

--- Lamentamos, contudo, que não tivesse sido dado maior oportunidade, mais espaço para a discussão política do mesmo, e se tivesse relegado essa discussão política para esta fase em exclusivo. Que não tivesse havido outros momentos em que aqui na Assembleia os grupos municipais, enquanto grupos municipais, e é disso que falo, pudessem ter uma intervenção mais oportuna, no sentido de se pronunciar e contribuir com achegas para as definições, das orientações estratégicas e das grandes opções subjacentes a este documento. E tempo para isso não faltou! Porque este documento, como sabeis, vem sendo tratado desde dois mil e, portanto, tempo para podermos discutir isto, foi coisa que não faltou! Andamos neste

processo há quinze anos, sendo que não deixa de ser relevante este facto. É que o nosso PDM, o PDM que vai cessar a sua vigência, data de 1994 e é recomendável, a Lei até impõe, que dez anos depois da sua vigência, se proceda à sua revisão. Portanto, a partir de 2004 seria expectável que uma nova visão estratégica para o desenvolvimento territorial, tivesse emergido do nosso executivo camarário e da coligação que o sustenta. Curiosamente tal não sucedeu, só hoje é que estamos aqui a discutir isto. E isso é importante, porque quando se fala aqui de uma visão estratégica e da importância do PDM para essa mesma visão, para a construção da nossa comunidade, etc., nós partilhados e subscrevemos essas preocupações e esses desejos, mas não podemos deixar de notar um profundo desleixo a que esta matéria esteve vedada durante tanto tempo. E, como se isto não bastasse em matéria de política municipal de ordenamento do território, eu sou forçado a trazer este tema de novo aqui à Assembleia, porque é um momento que nos parece oportuno. Vamos lá, esta revisão do Plano Diretor Municipal, é a prova provada, se necessário fosse, de que é possível alterar as regras do urbanismo sem indemnizar principescamente certos proprietários! As regras do urbanismo podem ser alteradas, há mecanismos legalmente previstos de revisão e assim se faz. Também, não só os Planos Diretores Municipais, mas outros Planos Municipais de Ordenamento do Território, estão submetidos a uma mesma lógica e a um regime em tudo semelhante. Também os Planos de Urbanização podem ser revistos, devem ser revistos em função da alteração da realidade. Isto convoca a questão do Plano de Urbanização da Devesa, que como sabeis, entrou em vigor em meados de outubro de dois mil e doze, e agora em meados de outubro de dois mil e quinze perfaz três anos a sua vigência, o que permitiria uma revisão do mesmo, sem que se tivesse que avançar com justificações para indemnizar principescamente determinados proprietários. De forma que nós entendemos e insistimos neste ponto, porque é particularmente relevante a forma totalmente inapropriada para ser simpático.” -----

--- **REIS CAMPOS (PS)** – disse o seguinte:-----

--- “Acerca da matéria em apreço, quero dizer-lhes o seguinte:-----

--- Em primeiro lugar, devo dizer que do ponto de vista pessoal, não tenho qualquer interesse significativo particular neste PDM, porque aquilo que eu falarei não terá, não dirá diretamente respeito a mim. -----

--- Sei bem a dificuldade, a complexidade de se fazer um Plano Diretor Municipal, aí nenhuma dúvida. O Plano Diretor Municipal daquilo que eu vi, está equilibrado, sendo que, antes de mais, devo aqui dizer uma coisa, em bem do ambiente e em menos construção e seja o que for, quanto menos construção existe, mais caros são os terrenos de construção, ou seja, quando se pensa que se está a facilitar a vida das pessoas, regra geral não, mas não é esse o ponto. O primeiro aspeto, a primeira fase, o primeiro caminho do Plano Diretor Municipal, eu compreendo que ele seja feito e traçado a régua e esquadro, e assim me pareceu, foi a régua e esquadro. Dou um exemplo, e ainda me parece mais, é que foi feito por pessoas que não fazem a menor ideia do que é que estão a falar, porque se conhecessem o terreno, naturalmente não aconteceria um caso como eu vou dizer, há outros, mas há um caso concreto que toda a gente percebe, que é assim: em determinado sítio aqui de Famalicão, existe uma estrada que foi há muitos anos construída de dez metros, e agora o Plano Diretor Municipal tem um novo percurso a dez metros dessa estrada, ou a vinte metros dessa estrada numa zona inclinada. Portanto, isto é de quem não conhece! Eu na primeira fase compreendo, depois, colocadas as questões, já tenho alguma dificuldade que as pessoas não sejam chamadas, pelo menos a dizer porquê isto ou porquê aquilo? Foi falta de tempo, seja o que seja. Portanto, o Plano Diretor Municipal está aí, é melhor este que nenhum, aí estará. -----

--- Agora eu queria concluir com isto, só isto tão simplesmente, que o Plano Diretor Municipal não seja uma bibliometria e uma vaca sagrada! Eu acho que aquilo que a Câmara em justiça, não estou a falar de favores, estou a dizer em justiça, entenda, porque eu também não admito, admito que não seja feito o Plano Diretor Municipal, que seja o tal algum génio que não se engane! Portanto, a Câmara que tenha também alguma latitude e no bom sentido, não é já como algumas pessoas estarão aí a pensar que é para fazer favores aos amigos! Não! Que naquilo que seja possível e eu aí acerto, naquilo que seja possível e legalmente possível, se houver alguma situação de injustiça que se tenha passado, a Câmara que tenha alguma atenção a isso e que não saia um parecer, não pode ser, porque o Plano Diretor Municipal não acede.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** - disse o seguinte:-----

--- “A primeira nota, para me dirigir ao senhor deputado, Domingos Peixoto, e para realçar também aqui a alusão que fez encíclica papal, sobre as atrações climáticas e devo dizê-lo que faço isto como me parece apropriado. Devo dizer que fez bem e concordo inteiramente com aquilo que disse relativamente encíclica papal e que faz todo o sentido na discussão que estamos aqui a ter. É evidente que isto é uma matéria extremamente complexa e que certamente aqui não será o lugar mais indicado para fazermos esse debate e essa reflexão, mas ela tem enquadramento na matéria em apreço. E deixo também aqui esta nota de registo, naturalmente por a ter trazido a esta casa. -----

--- Mas, senhor deputado, eu penso que, pela sua intervenção, a não ser que eu tenha interpretado mal as suas palavras, me parece que na sua vontade de dirigir um conjunto de críticas à Câmara Municipal, a propósito de um conjunto de operações urbanísticas que tiveram lugar no nosso concelho, o senhor deputado Domingos Peixoto acabou por criticar nem mais nem menos, o Plano Diretor Municipal aprovado em 1994. E por quê, porque todas essas operações a que fazem referência, têm naturalmente cobrimento legal e enquadramento legal no Plano Diretor Municipal e no seu respetivo regulamento. E, se assim é, eu devo também dizer-lhe, que me parece injusto por essa via critique o anterior Plano Diretor Municipal. É importante que aqui se saiba que não foi perfeito naturalmente, não era um Plano Diretor Municipal perfeito, criou alguns entraves ao desenvolvimento do concelho, mas é justo reconhecer que ele foi feito em circunstâncias completamente diferentes daquelas que estamos agora a aprovar! Foi numa altura em que não havia cartografia adequada, em que não havia sistemas de informação geográfica, em que não havia experiência técnica, nem recursos humanos preparados para tal, em que a própria legislação em que assentava a elaboração desses planos, planos de segunda geração apesar de tudo, eram confusos e em muitos casos inatendível e, mais do que isso, todos os planos dessa altura, e o nosso muito em concreto, foram sujeitos a uma pressão brutal por parte da administração central, que nos diziam simplesmente isto: ou aprovam o Plano Diretor Municipal, ou não há acesso a fundos comunitários. E por isso, nesse enquadramento, nós temos que reconhecer que o Plano Diretor Municipal, foi um bom plano dentro dos condicionalismos a que estava adstrito. E, por isso, criticar depois as operações que foram licenciadas com base nesse Plano Diretor Municipal, me parece de todo desajustado. -----

--- Segunda nota para o senhor deputado Vitor Pereira, dizendo-nos que houve desleixo. Senhor deputado também é uma acusação injusta, porque certamente saberá, e bastará analisar aquilo que se passa no país, o senhor deputado encontrará meia dúzia de exemplos, de planos que tendo sido aprovados em 1994, cujo prazo de validade terminaria em 2004 e que entretanto hajam sido revistos. Contam-se certamente pelos dedos de uma mão, aqueles que foram aprovados. E por quê? Por que é que tão poucos Planos Diretores Municipais foram aprovados entre dois mil e quatro e dois mil e quinze? E estão agora a ser todos eles no distrito Norte, por exemplo até ao final deste mês de julho, serão, se a memória não me traiçoa, setenta e um Planos Diretores Municipais aprovados, só agora! Só agora! Dos oitenta e quatro municípios, veja bem! Por quê, por que será? Será que houve desleixo da parte das autarquias do país? De todos os senhores Presidentes de Câmara, dos recursos humanos de cada uma das autarquias? Não houve certamente! Não houve em nenhuma dessas autarquias, independentemente da cor política que preside a cada uma das mesmas, mas o que houve, foi, isso sim, foi legislação atrás de legislação, que revogava a anterior, que por seu turno seria revogada passado um ano, dois anos. Os serviços das câmaras municipais de todo este país, de facto passaram a vida a atualizar conceitos, a atualizar cartografia, a fazer planos em cima de planos e em cima de planos e obterem as respetivas aprovações dos documentos que lhe são anexos e que instrói naturalmente estes Planos Diretores Municipais. E por isso, senhor deputado, acho que é injusto e não lhe fica bem, e não fica bem ao Partido Socialista no caso concreto, uma vez que usou o tempo do mesmo, para fazer uma acusação que é de todo injusta e que nós podemos replicar pelo resto do país.

--- Termino dizendo apenas isto, e aqui concordo também com o senhor deputado Vitor Pereira, aqui concordo, de facto este é, pelo menos do meu ponto de vista, é seguramente a mais importante deliberação que esta casa foi chamada a tomar. Eu acho que não há nenhuma deliberação com a importância extraordinária que tem a aprovação de um Plano Diretor Municipal. Nós tomamos centenas de deliberações ao longo do mandato, nenhuma é tão importante como esta! Provavelmente só tomaremos uma deliberação desta natureza e desta amplitude, esperemos nós, daqui a dez anos e não daqui a quinze, nem daqui a vinte, daqui a dez anos.-----

--- E este momento ocorre também, tem também um outro significado, é que ocorre exatamente numa altura em que aquilo que devem ser os grandes objetivos, os grandes paradigmas dos municípios, também eles se alteraram. E a aprovação destes Planos Diretores Municipais, de facto vem coincidir com uma alteração de paradigma, com uma alteração daquilo que deve ser os principais objetivos e a principal missão de uma autarquia num país que é completamente diferente daquele que era em mil novecentos e noventa e quatro. E nessas circunstâncias e para terminar, apenas para dizer, eu acho que de facto nós concluimos um longo caminho, que parecia não ter fim, e neste caso concreto, esse mérito é de todos, a câmara, os autarcas, de todos aqueles que iniciaram este processo e daqueles que agora terminam, de todos os vereadores, de todos os deputados municipais, de todos os presidentes de junta, de todos os famalicenses, esse é um mérito que nós devemos repartir por todos eles.”-----

--- **FERNANDO MONIZ (PS)** - disse o seguinte:-----

--- “Duas brevíssimas referências e devo dizer que a propósito de uma referência feita pelo senhor deputado, Jorge Paulo Oliveira, que eu encaro num sentido muito positivo, porque de facto o processo iniciado em noventa e quatro, e eu tive o privilégio de coordenar esse trabalho e é tão só por isso que eu vou aqui dizer duas palavras, para dizer-vos que foi um processo muito difícil e muito gratificante ao mesmo tempo. -----

--- Reconheço que muita coisa que se passou de bom e de mau, se deve a esse plano, mas esse plano teve a virtude de possibilitar, projetar Famalicão no futuro numa dimensão mais multidimensional se assim se pode dizer. Mas eu acho que todos nós, para além do esforço que já foi feito, e isto envolve uma tecnicidade enorme, para além do esforço que esta Câmara e outras fizeram já, acho que não devemos desistir de fazer melhor ainda, porque o potencial para melhorarmos é muito grande. -----

--- Eu cito dois ou três exemplos: foi referido que a área de construção reduziu-se de 32% para 30%. A realidade vai encarregar-se de resolver este problema, porque de facto não se reduziu nada. Isto significa que falta rever alguns aspetos essenciais deste problema. A zona agrícola aumentou 8%, isso significa que vamos dar mais atenção à nossa agricultura? Se sim, é bom e é bom que neste contexto se repense, por exemplo, aquilo que é hoje o

mercado municipal. Em muitas cidades da europa, o mercado municipal é das maiores fontes de atração turística. Em Famalicão também pode ser.-----

--- Por outro lado e por último, o senhor deputado Jorge Paulo Oliveira, referiu e bem, que na altura tudo isto era muito mais difícil. Não havia meios técnicos e também não havia meios humanos a nível e em número suficiente. No entanto a Câmara, de uma forma que eu considero corajosa, audaciosa, aceitou fazer o Plano Diretor Municipal com a prata da casa, com os seus técnicos, que resultou numa enorme valorização para todos eles. Por que é que agora quando entra um processo urbanístico na Câmara de seis em seis meses, e na altura eram centenas por dia, por que é que agora não se utilizou e não se valorizou os técnicos municipais? Isto é e representa senhor Presidente, de facto uma má despesa.”-----

--- **DOMINGOS PEIXOTO (PS)** - disse o seguinte: -----

--- “É só para me congratular com a cordialidade do senhor deputado, Jorge Paulo Oliveira, mas queria referir-lhe que não me lembro de ter focado nenhuma operação urbanística. Falei de coisas muitas, que me parece, para não dizer que tenho a certeza, que todas foram feitas à revelia do que estava estabelecido. “-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DA VERSÃO FINAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) E A RESPETIVA DECLARAÇÃO AMBIENTAL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º1 DO ARTIGO 79.º DO DECRETO-LEI N.º380/99, DE 22 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO, E DECRETO-LEI N.º232/2007, DE 15 DE JUNHO, NA ATUAL REDAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E SETE VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENÇÕES.**-----

--- **QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS DO MINHO, CUJO CONTEÚDO CONSTA DA PROPOSTA DE ESTATUTOS EM ANEXO A ESTA PROPOSTA, APROVADA PELA CÂMARA MUNICIPAL EM REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse o seguinte: -----

--- “Eu só faço uma pequena intervenção no sentido de, provavelmente não serei o único, que se questiona da existência desta associação. Quer dizer, esta associação como a própria proposta da Câmara Municipal aqui apresentou, deriva de uma obrigação legal, deixou de ser a Grande Área Metropolitana do Minho, para ter agora esta designação. -----

--- Eu pergunto: esta associação tem alguma utilidade, a Câmara Municipal vai participando nestas reuniões ordinárias, há alguma utilidade ou isto é um mero adereço sem qualquer utilidade? É só esta questão que eu quero deixar.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Eu, em abono da verdade devo dizer que a Câmara de Famalicão propôs a extinção desta associação. Fomos vencidos num universo de treze concelhos, Famalicão não ficou isolado, mas entendemos que esta Associação de Municípios não tem razões que justifiquem a sua permanência. -----

--- Trazemos cá esta proposta, porque como diz a mesma ou resulta da mesma, é uma chamada alteração ao *ope legis*. Por força da lei, há uma alteração, deixou de ser uma Associação de Fins Gerais, para ser uma Associação de Fins Específicos. Até porque um município não pode fazer parte mais do que uma Associação de Fins Gerais. Portanto, esta associação converteu-se de Associação de Fins Gerais em Associação de Fins Específicos, como resulta dos considerandos da proposta e, portanto, vem aqui uma alteração meramente estatutária, se quiser, de adequação à lei. Mas que fique bem claro, que a vontade expressa do representante da Câmara Municipal, que sou eu neste processo, esta associação teria sido extinta. -----

--- Colocar-se-á a questão da saída de Famalicão da associação, há aqui uma questão pendente que tem a ver, há um saldo, quase meio milhão de euros, que é um saldo positivo que existe nos cofres desta associação. E, portanto, nós não estamos interessados em abdicar desse saldo, nem de assistir ao facto do mesmo ser consumido em despesas correntes, digamos assim, de gestão! E portanto, continuamos a envidar esforços para procurar convencer os pares, por forma a que seja extinta. Em abono da verdade, gostava de dar esta resposta ao senhor deputado.” -----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE**

MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS DO MINHO, CUJO CONTEÚDO CONSTA DA PROPOSTA DE ESTATUTOS EM ANEXO A ESTA PROPOSTA, APROVADA PELA CÂMARA MUNICIPAL EM REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

 --- **SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA UM PERÍODO CONTRATUAL DE UM ANO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 207.500,00€, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, RELATIVO AO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ”, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **GERMANO ARAÚJO (PSD)** - disse o seguinte:-----

--- “Permitam-me que ao falar deste ponto, também faça a ponte para o ponto nove, também por uma questão de tempo para não nos alongarmos muito. -----

--- Relativamente a este ponto, estamos a falar do passe sénior e temos o ponto nove que é muito parecido, trata também de transportes apenas com os públicos, algo diferente aqui no ponto nove que são os transportes escolares. -----

--- Isto é uma despesa que à semelhança dos anos anteriores e em particular do último ano, a Câmara Municipal, o executivo, tem apostado em fazer este tipo de despesas, tipo de despesa boa. Estamos aqui a falar numa quantia que ronda cerca de dois milhões de euros, uma quantia avultada que tem algum peso no orçamento da Câmara. Mas também tem algum peso no bolso das famílias famalicenses, essencialmente as famílias que têm as crianças e as famílias que têm os seniores. É um tipo de despesa que contribui seriamente para o bem-estar, quer dos jovens, quer dos seniores. -----

--- Tentei fazer aqui um pequeno exercício acerca deste tipo de despesas, quer política, quer funcionalmente. Aonde colocar este tipo de despesas? Que tipo de despesas estamos aqui a falar? E cheguei a uma conclusão que caracterizo este tipo de despesas, como uma despesa da ação social. É uma despesa da ação social, acho que é inequívoco que não..., nesta sala pouca gente terá dúvidas disso, no entanto queria chamar aqui a atenção, e considerando isto

uma despesa boa da ação social e muito importante para que Famalicão seja considerado um bom concelho para viver, espero bem que daqui a algum tempo, que não voltemos a ter nenhum senhor deputado como tivemos há cerca de dois meses atrás, aquando da apresentação do relatório e contas relativamente a 2014, quando tivemos aqui o senhor deputado Fernando Moniz a dizer que a Câmara apenas tinha despendido uns míseros setecentos e sessenta e três mil euros em ação social. Pois bem senhores e senhoras deputadas, só nestas duas rubricas irão ser investidos, e chamo investidos, porque isto é um investimento no bem-estar dos famalicenses, cerca de dois milhões de euros.” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** - disse o seguinte: -----

--- “Senhor Presidente, só um esclarecimento: é que os valores que o colega deputado veio aqui referir que o meu colega Fernando Moniz referiu aqui há uns meses atrás como muito bem assinalou ali o nosso colega deputado, referia-se às contas de 2014, e os valores que hoje estão aqui a ser discutidos enquadram-se no orçamento de 2015. Portanto, uma coisa não tem que ver com a outra.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA UM PERÍODO CONTRATUAL DE UM ANO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 207.500,00€, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, RELATIVO AO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- **SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DE RIBA D’AVE E DO CENTRO DE OLIVEIRA SÃO MATEUS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **DOMINGOS PEIXOTO (PS)** - disse o seguinte: -----

--- “Senhor Presidente-----

--- Área urbana – para construção e espaços verdes adequados às necessidades das suas populações –, por exclusão de partes, será o território não incluído em RAN/REN; pode ser uma centralidade por excelência – maior ou menor –, como é o caso dos aglomerados das vilas e cidades, ou pequenos conjuntos habitacionais dispersos pelo concelho, como é o caso das freguesias em causa! Sempre de acordo com os instrumentos de ordenamento e regulamentação do território, perspetivando uma vida digna e saudável e a preservação do meio ambiente e da natureza, com vista à sua concretização. -----

--- Ressalvam-se as exceções..., que radicam, quase sempre, nos interesses económicos individuais e de grupos bem organizados no sentido lucrativo a qualquer custo, sempre aptos a solicitar declaração de relevante interesse público para “ultrapassar” os regulamentos. -----

--- Senhor Presidente -----

--- Área de Reabilitação Urbana é conceção filosófica partidária, ligada a poderes vigentes, como se pode concluir pelo seguinte: -----

--- O Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) foi aprovado pelo Dec.Lei 307/2009 de 23/09, o qual revogou legislação nomeadamente de 1976 e 2004. Já a Lei 32/2012 de 14/08, menos de 3 anos depois, alterou significativamente aquele regime e republica-o. -----

--- Neste enquadramento está plasmada uma visão político partidária centralizadora, ao invés do que deveria ser uma política nacional de recuperação e salvaguarda do parque habitacional, patrimonial e cultural, com ampla participação das entidades do setor. Há que lhe juntar a opção municipal que, no âmbito daquela legislação, estabelece os seus critérios, novamente à revelia dos consensos do setor. -----

--- Às vantagens acima referidas somam-se, quiçá as mais importantes em termos de rendimentos dos proprietários, benefícios fiscais significativos, segundo o artigo 71º do EBF, como se discrimina: -----

--- IRS – nº 4; Mais-valias – nº 5; Rendimentos prediais – nº 6; IMI – nº 7 e IMT – nº 8, todos daquela norma, para citar, aparentemente os mais significativos. -----

--- Tal como no caso da cidade sede do município, a linha de demarcação que o executivo propõe para deliberação da Assembleia Municipal é, no mínimo, caricata, já que Centro Urbano poderia, quando muito, ser considerado o conjunto edificado antigo – aliás a

precisar há muito de intervenção urgente, ou seja as ruas “carismáticas” (e centrais) das duas freguesias.-----

---Senhor Presidente-----

--- Como perceber que: -----

--- Se incluam no irregular e estranho polígono quintas e quintinhas sem casas para reabilitar, e não incluir espaços degradados como o Bairro do Careca na zona do monte de baixo; a zona da Capela de S. Roque e do Externato Delfim Ferreira; Ou ainda, entre outros, o espaço do novo quartel dos Bombeiros? -----

--- Os Órgãos Executivo e Deliberativo destas freguesias se quedem mudos perante tão flagrante discriminação negativa de tantos proprietários urbanos que vêm os seus “vizinhos” usufruir de apoios que lhes são negados a si? -----

--- A coligação PPD/CDS, na AF Riba d’Ave, vote contra uma proposta de recomendação do PS para alargamento da área proposta? -----

--- Se contemple um pequeno espaço na margem direita do Ave e não se proponha toda a margem desde a Ponte de Pedome? -----

--- Se contemple uma quinta a caminho de Delães e se ignore o significativo aglomerado habitacional à sua frente e sobranceiro ao rio? -----

--- Senhor Presidente -----

--- Não quero acreditar em proposta medida, mas que é muito estranha a configuração lá isso é. Espero, porém, que não vá, apenas, de encontro ao PDM revisto. -----

--- Neste contexto nada obsta, senhor presidente, que votemos favoravelmente a proposta, mas fica assente que o PS tem uma proposta e visão significativamente diferentes e mais justas.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse o seguinte: -----

--- “Uma breve e singela intervenção e até no seguimento da intervenção anterior do senhor deputado do Partido Socialista. -----

--- Já tínhamos feito esta apreciação em relação à apreciação e votação na área de reabilitação de V. N. de Famalicão. Aqui é a questão das fronteiras. Eu volto a bater nesta tecla, porque eu acho que estes projetos e estas iniciativas louváveis, não é, entendemos nós, deveriam ser o mais inclusivas possíveis. Inevitavelmente haverá que traçar fronteiras, mas

aqui, e segundo notícias que nós temos até na própria Assembleia de Freguesia de Riba de Ave, houve essa recomendação para fazer chegar junto do executivo municipal, de que há determinadas zonas de Riba de Ave que ficaram excluídas, o que no entender de muitos ribadavenses é inadmissível. E, por isso, esta nota só de que a questão de excluir determinadas áreas que serão importantes neste processo de reabilitação e de requalificação, não nos parece aceitável.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** - disse o seguinte:-----

--- “A primeira nota é para saudar a Câmara Municipal, pelo facto de, tal como agora nos traz esta proposta da criação de uma área de reabilitação urbana do centro de Riba de Ave, o fará nos próximos tempos, relativamente pelo menos mais nove áreas desta natureza. E por quê? Porque conforme o Plano Diretor Municipal que acabamos de aprovar, o mesmo contempla onze áreas de reabilitação urbana. Já apreciamos uma delas sobre a cidade, estamos agora a fazê-lo relativamente a Riba de Ave e Oliveira S. Mateus. Mas vamos ter a oportunidade de falar de Joane, Ribeirão, Lousado, Nine, Bairro, Delães, Gondifelos, Landim, Seide S. Miguel, Vermoim e também do Parque da Devesa e Gavião. Portanto, teremos a oportunidade de voltar a esta temática.-----

--- Mas quando eu dizia saudar, é de saudar exatamente pelo facto de a Câmara Municipal interpretar, e do nosso ponto de vista muito bem, de que a reabilitação urbana tem que fazer parte integrante daquilo que é o ordenamento do território. E de facto encarar a reabilitação urbana como algo que é crucial um bom ordenamento do território. Essa é uma perspetiva que nós registamos como muito positiva e queríamos aqui deixar de uma forma evidente. ---

--- Uma segunda nota relativamente à intervenção do senhor deputado Domingos Peixoto. A determinada altura ficamos na dúvida se o senhor deputado estava a discutir esta proposta, se estava a discutir a legislação que está subjacente à possibilidade da criação destas áreas. E mais ainda, ficamos na dúvida se concorda ou discorda dessa legislação. Até porque disse que a mesma acarreta ou traz atrás de si uma conceção filosófica urbana partidária - eu julgo que terá sido esta a expressão que disse, ou pelo menos com este sentido – e fez um paralelismo entre aquilo que era a legislação de 2012 e aquela que foi revogada de 2009. Diz também o senhor deputado, que o Partido Socialista tem uma visão diferente daquilo que deve ser a aposta da reabilitação urbana. Bom, não sabemos, também julgo que não será

este o fórum adequado para o efeito, fica no entanto a nota do seguinte: é de que meus caros amigos, os espaços urbanos quer queiramos quer não, envelhecem. Envelhecem porque os edifícios envelhecem. Envelhecem em muitos casos porque há uma sobrecarga do uso daquilo que são as suas infraestruturas. E até envelhecem pelo não uso dessas mesmas infraestruturas por força de alterações de modos de vida, e em alguns casos por um errado desenho urbano. São todas essas razões. E, portanto, o que é preciso é de facto haver depois uma aposta nessa reabilitação urbana. E aqui, eu acho que todos nós concordamos, julgo eu que todos nós concordamos, que não é possível que essa aposta de reabilitação urbana, resulte única e exclusivamente da intervenção de uma Câmara Municipal. A Câmara pode e tem-no feito intervenções urbanas nos espaços exteriores, na recuperação do património edificado público, mas depois fica a faltar o que é fundamental, que é o património edificado privado. E isso aqui só será possível, se os proprietários forem incentivados a reabilitar o mesmo, e para isso eu julgo que também todos nós concordamos, que esse incentivo resulte em boa parte, ou deve resultar em boa parte, ou se calhar só pode resultar em incentivos de natureza fiscal e parafiscal por um lado, e por outro lado em apoios do ponto de vista financeiro através do acesso a fundos comunitários. E portanto ou há de ser esta partilha e esta conjugação de esforços, que é possível recuperar os espaços urbanos. Portanto, nessa medida aqui, eu julgo que resultam os benefícios fiscais e parafiscais, nomeadamente as taxas e impostos municipais que resultam desta proposta, não devem merecer do nosso ponto de vista nenhuma censura. -----

--- É evidente que no final de toda esta discussão, voltamos ao tema do costume, as fronteiras. Até onde é que deve ir e até onde não deve ir? E a verdade é que sempre que se trace uma linha, seja ela qual for, haverá sempre cidadãos que com toda a legitimidade e com toda a propriedade, concordarão e outros que acharão que aquela linha está mal traçada e portanto dela discordarão. E isso acho que é absolutamente inevitável. Agora há aqui uma questão é que é importante e é aquela que nós queremos aqui realçar, é de saber se existem critérios, e os critérios esses são clarinhos. Eu recomendo aos senhores deputados que leiam a página 36 da proposta, no ponto 3.1 e estão lá, claramente identificados, centralidade, valor, degradação e desadequação e perspetivas de projetos estruturantes. E se algumas das críticas que aqui fazem se enquadra nestes critérios, naturalmente que então a proposta

mereceria a censura, se os mesmos não se enquadram, naturalmente não pode merecer a censura. E nós entendemos que realmente eles não se enquadram.” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** - disse o seguinte: -----

--- “Também nós felicitamos esta iniciativa da criação de uma área de reabilitação urbana em Riba de Ave. Lembro-vos aquando a discussão da área de reabilitação de V. N. de Famalicão, uma das nossas observações críticas fulcrais, foi precisamente a inexistência de áreas de reabilitação urbana noutros segmentos do tecido urbano municipal. É com agrado que vemos que afinal as nossas observações não só tinham todo o cabimento, como até mereceram a vossa adesão. -----

--- Só mais uma pequena nota em relação aos critérios de delimitação, naturalmente senhor deputado, eles são sempre difíceis e há sempre aqui algumas margens de mais para a esquerda, mais para a direita, mas em matéria de lógica por vezes não é assim tão complicado distinguir o certo do errado, e com isto termino, eu dou-lhe o exemplo da avenida Humberto Delgado, em que de um lado da avenida temos edifícios na área de reabilitação urbana e do outro lado da avenida não temos edifícios na área de reabilitação urbana sem se perceber muito bem porquê. E como isso outras situações haverá.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DE RIBA D’AVE E DO CENTRO DE OLIVEIRA SÃO MATEUS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.** -----

--- **OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS**

INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA PAROVADA POR UNANIMIDADE. -----

--- NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2015/2016 ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.697.534,40€, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2015/2016 ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.697.534,40€, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

--- DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DECORRENTE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM VÁRIOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, PELO PRAZO DE UM ANO, COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO POR MAIS DOIS ANOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DECORRENTE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM VÁRIOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, PELO PRAZO DE UM ANO, COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO POR MAIS DOIS ANOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

--- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO

COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 194.000.00€ (CENTO E NOVENTA E QUATRO MIL EUROS) À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA OLIVEIRENSE PARA OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DE PISO SINTÉTICO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 194.000.00€ (CENTO E NOVENTA E QUATRO MIL EUROS) À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA OLIVEIRENSE PARA OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DE PISO SINTÉTICO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **DÉCIMO SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 89.800,00€ (OITENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS EUROS) À FREGUESIA DE RIBA D'AVE PARA A REQUALIFICAÇÃO DO QUELHO DAS POMBINHAS E CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA CALÇADA MIGUEL MARTINS CERQUEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 89.800,00€ (OITENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS EUROS) À FREGUESIA DE RIBA D'AVE PARA A REQUALIFICAÇÃO DO QUELHO DAS POMBINHAS E CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA CALÇADA MIGUEL MARTINS CERQUEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

--- **DÉCIMO TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 22.000,00€ (VINTE E DOIS MIL EUROS) À FREGUESIA DE MOGEGE PARA A**

PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA E RUA JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 22.000,00€ (VINTE E DOIS MIL EUROS) À FREGUESIA DE MOGEGE PARA A PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA E RUA JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **DÉCIMO QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 26.000,00€ (VINTE E SEIS MIL EUROS) À UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEIDE PARA A PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DAS BARREIRAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 26.000,00€ (VINTE E SEIS MIL EUROS) À UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEIDE PARA A PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DAS BARREIRAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **DÉCIMO QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 65.000,00€ (SESSENTA E CINCO MIL EUROS) À FREGUESIA DE OLIVEIRA S. MATEUS PARA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS DEVESAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE**

ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 65.000,00€ (SESSENTA E CINCO MIL EUROS) À FREGUESIA DE OLIVEIRA S. MATEUS PARA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS DEVESAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

--- DÉCIMO SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 64.000.00€ (SESSENTA E QUATRO MIL EUROS) À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS PARA A PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA RUA DO MARCO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO CARVALHO, RUA DE SANTA CATARINA E TRAVESSA DE SANTA CATARINA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 64.000.00€ (SESSENTA E QUATRO MIL EUROS) À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS PARA A PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA RUA DO MARCO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO CARVALHO, RUA DE SANTA CATARINA E TRAVESSA DE SANTA CATARINA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

--- DÉCIMO SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 70.000.00€ (SETENTA MIL EUROS) À FREGUESIA DE LOUSADO PARA REQUALIFICAÇÃO DA RUA ALDEIA DA RAINHA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE

ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 70.000.00€ (SETENTA MIL EUROS) À FREGUESIA DE LOUSADO PARA REQUALIFICAÇÃO DA RUA ALDEIA DA RAINHA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

--- DÉCIMO OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 47.000.00€ (QUARENTA E SETE MIL EUROS) À FREGUESIA DE PEDOME PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO OUTEIRO DE CIMA E RUA DO OUTEIRO DE BAIXO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 47.000.00€ (QUARENTA E SETE MIL EUROS) À FREGUESIA DE PEDOME PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO OUTEIRO DE CIMA E RUA DO OUTEIRO DE BAIXO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

--- DÉCIMO NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 80.000.00€ (OITENTA MIL EUROS) À FREGUESIA DE VALE S. MARTINHO PARA ARRANJO URBANÍSTICO DE ENVOLVENTE AO CENTRO PAROQUIAL E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DA QUINTÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 80.000.00€ (OITENTA MIL EUROS) À FREGUESIA DE VALE S. MARTINHO PARA ARRANJO URBANÍSTICO DE ENVOLVENTE AO CENTRO PAROQUIAL E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA

DA QUINTÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

--- **VIGÉSIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 23.000.00€ (VINTE E TRÊS MIL EUROS) À UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO FUNDO, CONSTRUÇÃO DE MURO NA RUA DO PRADO E CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DO RIBEIRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 23.000.00€ (VINTE E TRÊS MIL EUROS) À UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO FUNDO, CONSTRUÇÃO DE MURO NA RUA DO PRADO E CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DO RIBEIRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- **VIGÉSIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 35.000.00€ (TRINTA E CINCO MIL EUROS) À FREGUESIA DE BAIRRO PARA REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 35.000.00€ (TRINTA E CINCO MIL EUROS) À FREGUESIA DE BAIRRO PARA REQUALIFICAÇÃO DO**

EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

 --- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - solicitou a aprovação em minuta de ata todas as deliberações ali tomadas.-----

--- **Posta à votação tal proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

--- Para este período inscreveram-se por parte do público os seguintes munícipes:-----

--- **JOAQUIM CÂNDIDO COSTA ROCHA DA FREGUESIA DE FRADELOS** – falou sobre os problemas que afetaram a extensão de saúde de Fradelos nos últimos anos e perguntou se o Município continuava a apoiar a Comissão de Utentes e o seu projeto e se ainda continuava a ter disponibilidade em fazer diligências no sentido de melhorar a saúde dos Fradelenses e de manter na freguesia uma unidade de saúde com as condições apropriadas para as boas práticas em questão de saúde familiar e de proximidade.-----

--- **FILOMENA MARIA DOS SANTOS SILVA ANTUNES DA FREGUESIA DE FRADELOS** – falou sobre:-----

--- A falta de médico em Fradelos, sendo que tinham quatro cancerosos e um tuberculoso. Sem médico teriam que começar a alargar o cemitério. -----

--- O saneamento nem estava feito nem por fazer. A ETAR não trabalhava corretamente e deixava muito a desejar. -----

--- A REN havia chegado sem pré-aviso e iam lutar para que aquilo não fosse avante, porque era vergonhoso. -----

--- Os ribeiros levavam porcaria da ETAR. Havia camiões que descarregavam para os ribeiros. Saía da ETAR entrava nos ribeiros e seguiam para o rio. Gostava que a Câmara e os membros da Assembleia Municipal fossem a Fradelos numa visita guiada. -----

--- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RICARDO MENDES)** – respondeu às questões colocadas pelo senhor Joaquim Rocha, dizendo que obviamente estavam disponíveis, inclusive a última ação da Câmara foi uma reunião que foi tida com o

senhor Presidente da Junta e com a senhora diretora da ACES de Famalicão e com a senhora Vereadora da Saúde, no sentido de acatarem e de eventualmente tentarem operacionalizar aquilo que é o projeto da Comissão de Utentes do Centro de Saúde de Fradelos. Era uma matéria que preocupava a Câmara, tal como tinha sido referido diversas vezes, não estava dentro do espectro das competências da Câmara Municipal, no entanto, como tinha sido referido várias vezes pelo senhor Presidente da Câmara e tal como tinha sucedido na educação, não tinham qualquer receio de assumir competências mais alargadas naquela matéria. Nesse sentido, a pergunta que tinha feito à Câmara obviamente merecia resposta afirmativa. -----

--- Relativamente à D. Filomena Antunes, referiu que a panóplia de questões que ali havia colocado, obviamente que não se sentia preparado para lhe responder. A única questão que lhe ia responder de uma forma muito objetiva, uma vez que tinha referido que pretendia saber a quem se deveria dirigir, existiam ali algumas questões do âmbito ambiental e como sabia a Câmara tinha o departamento do ambiente, e para se conseguir eventualmente saciar essa curiosidade em relação a algumas dessas matérias e alguns projetos que eventualmente ali havia enunciado, que lhe remetesse as questões por escrito, para a Câmara Municipal obviamente poder responder.-----

--- Nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às vinte e três horas e trinta e três minutos.-----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**-----

-----**O SECRETÁRIO**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Documentos referentes aos pontos: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove, vinte e vinte e um;-----

--- Minutas de ata referentes aos pontos: dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove, vinte e vinte e um; -----

--- Proposta de recomendação do Bloco de Esquerda; -----

--- Voto de congratulação do CDS-PP;-----

[illegible]